

O controverso discurso do politicamente correto: algumas considerações e desdobramentos

The controversy discourse of political correctness: some considerations and consequences

Mateus Pranzetti Paul Gruda¹



Resumo: O politicamente correto é uma forma discursiva que começou a ganhar força, sobretudo, a partir de meados da segunda metade do século XX e vem se consolidando como um tipo de discurso relevante na contemporaneidade, ao ser causador e/ou alvo de diversas polêmicas e controvérsias. Neste texto, discutimos dialeticamente algumas implicações e impactos que o discurso do politicamente correto detém nos processos de subjetivação atuais. Para tal, levantamos perspectivas positivas e negativas acerca de tal tipo discursivo, elencando criticamente tanto as que o encaram como uma forma de coerção, policiamento, censura e sufocação da liberdade da linguagem, como aquelas que o compreendem como algo necessário à sociedade quando visa uma normatização na esfera pública em termos de repensar efetivamente acerca das desigualdades históricas existentes e propagadas continuamente, dentre outros mecanismos, pela linguagem corrente. Defendendo intransigentemente a igualdade, nos filiamos à segunda perspectiva.

Palavras-chaves: discurso, politicamente correto, contemporaneidade.

Abstract: Political correctness is a discursive form that has began consolidate, especially, from the second part of 20th century and it is becoming a relevant discourse form in contemporary, since it is responsible or target of several polemics and controversies. In this text, we will discuss in a dialectical way about some of its implications and impacts on the current subjective process. For that, we listed both aspects named as positives and negatives of the politically correct discourse, critically discussing the perspectives that consider the political correctness as a discursive form of coercion, policing, censorship and suffocation of the freedom of the language, and also other perspectives that understand the political correctness as something necessary when it aims the normalisation in the public sphere on terms of an horizontalization of social relations and to rethink about historic inequalities which are continuously propagated by several mechanisms, included the current language.

Keywords: discourse, political correctness, contemporary.

¹ Doutorando em Psicologia pela Universidade Estadual Paulista (UNESP – campus Assis) e Bolsista de doutorado pela FAPESP

Introdução

Nos últimos tempos, sobretudo a partir do final dos anos 90 do século XX, temos nos deparado com a proliferação da expressão/ideia politicamente correta (Avelar, 2011; Dunant, 1994; Suhr & Johnson, 2003; Ribeiro, 2000; Williams, 1995), a qual tem servido para caracterizar certo modo de agir, de pensar e/ou de se expressar. O uso contínuo e indiscriminado desta denominação fez com que fosse completamente incorporada à linguagem cotidiana sem que, ao certo, se pense acerca de suas significações, o que gera *a priori* uma legião de defensores e outra de detratores do politicamente correto, situação em que ambos os grupos formam, mesmo que de modo casual e despropositado, um movimento extremamente favorável e outro altamente crítico a tal fenômeno.

A ausência de ciência das significações possíveis do que seria o politicamente correto é compreensível, uma vez que há controvérsias quanto à origem de tal expressão (e às ideias que conseqüentemente se encontram embutidas na mesma) e, por essa razão, inclusive podemos falar em origens do politicamente correto. A depender de quem recuperou a formação e o surgimento da ideia expressa no termo, é possível encontramos divergências de ordem ideológica e com relação em quais sociedades tal prática se iniciou e, posteriormente, foi difundida ao redor do mundo.

Sem intentar recuperar toda a bibliografia disponível acerca das raízes histórica envolvendo o tema, mas apenas para ilustrar a citada pluralidade das origens indicamos que, de um modo geral, a maioria dos autores consultados por nós localiza o surgimento da expressão/ideia de “politicamente correto” nos Estados Unidos, atribuindo a atores sociais diversos a sua consolidação e difusão. Uns afirmam que este tipo de perspectiva politicamente correta foi criada por movimentos sociais organizados pela chamada *New Left* (Nova Esquerda) e por parcela da intelectualidade estadunidense em uma tentativa de proteger às chamadas minorias (Cabrera, 2012) e o multiculturalismo (Semprini, 1999), com intento geral de promover os direitos humanos. Outros apontam se tratar de um termo urdido pelos conservadores para desclassificar estes comportamentos de preocupação com as diferenças. Como descreve Renato Ribeiro, “[...] o termo ‘politicamente correto’ foi cunhado pelos detratores e não pelos defensores da posição que assim é retratada. Ninguém *afirma* ser politicamente correto. O termo sempre se expressa na terceira pessoa, ou pelo menos jamais na primeira, como acusação ou zombaria” (2000, p. 27, grifo do autor). Em obras como as organizadas por Williams (1995) e Dunant (1994), nas quais há reflexões profundas e diversas sobre o fenômeno do politicamente correto nos Estados Unidos e na Inglaterra, sobretudo, no final da década de 1980, é possível localizar essas ideias de defesa e proteção dos subjogados e, ao mesmo tempo, da transformação do termo em rótulo ofensivo.

Bento (2008) também nos diz que a expressão/ideia de politicamente correto apareceu nos Estados Unidos na década de 1960, um dos momentos históricos em que houve grande articulação por parte dos movimentos sociais naquele país, sendo sistematizado, consolidado e institucionalizado em meados da década 1990, principalmente durante o governo do presidente Bill Clinton. Como um exemplo desta conjuntura, o autor menciona um código de linguagem que fora instaurado na Universidade de Michigan no ano de 1989, que proibia quaisquer comportamentos verbais ou físicos os quais visassem estigmatizar um indivíduo por conta de sua etnia, gênero ou condição socioeconômica.

Em uma posição diametralmente oposta, há aqueles que asseveram ser o fenômeno do politicamente correto um legado dos regimes comunistas da China Maoista e da antiga União Soviética – principalmente enquanto essa era comandada por Josef Stálin (Dunant, 1994). Segundo tal entendimento, os partidos comunistas e seus principais dirigentes pretendiam de algum modo “limpar” a linguagem com a finalidade de que não mais ofendesse ou humilhasse os diversos grupos sociais. Todavia, aqueles que apontam o politicamente correto como uma ideia tributária aos

regimes comunistas detêm uma perspectiva negativa quanto a tal sistema político-social e, deste modo, rotulam-nos como sendo os criadores da ideia do politicamente correto, compreendendo-a como algo igualmente negativo/pejorativo.

Lind (2000), por exemplo, segue por esta trilha de ideias ao delinear que o politicamente correto é uma consequência direta do chamado “Marxismo Cultural” –, o qual, para este autor, é o marxismo traduzido de termos econômicos para termos culturais e que foi difundido e estruturado, principalmente, pelos autores/pensadores vinculados à Escola de Frankfurt, como Theodor Adorno, Herbert Marcuse, Walter Benjamin – e remonta ao período posterior ao da Primeira Guerra Mundial, por volta da década de 1930. A partir disso, Lind afirma categoricamente que o Marxismo Cultural e o Politicamente Correto se aproximam por ambos se tratarem de ideologias totalitárias – mas, embora assuma que toda ideologia é totalitária por moldar a realidade a partir de seus pressupostos, curiosamente ressalta que o conservadorismo, se entendido nas próprias palavras deste pensador “de modo correto” (agora qual seria este modo correto, Lind não explica), não é ideológico – o que Žižek (1996) rebateria ao dizer que se afiançar fora da ideologia é um já estar completamente imerso na própria. De um modo geral, Lind apresenta que o politicamente correto, tal qual o marxismo cultural, impinge ditatorialmente e perigosamente como as relações sociais devem pautar-se.

I. Parker (comunicação pessoal, 15 de julho de 2013) se indagando de onde provinha o fenômeno do politicamente correto afirmou se recordar de que, de fato, isto se relacionava ao discurso da Esquerda, sobretudo àquele propagado pelos movimentos feministas nos anos 70 e 80 do século XX, os quais proferiam construções linguísticas politicamente corretas que, segundo Parker, pretendiam justamente ironizar o modo politicamente correto pelo qual utilizavam para se referirem uns aos outros. Inclusive, as pessoas confeccionavam *bottons* e camisetas com dizeres: “eu sou politicamente correto”. Entretanto, os movimentos de Direita, respaldados pelos discursos e ideologias dominantes, se apropriaram do fenômeno, ressignificando-o ao dotá-lo de extremo exagero e atribuindo à Esquerda toda a carga de policiamento deletério subjacente a uma ideia de politicamente correto, o que igualmente conseguiu com que as posições de Esquerda, adotadas amplamente pelos movimentos progressistas, se cristalizassem pouco a pouco no imaginário social como má humorada e coercitiva. Deste modo, a Direita obscureceu as raízes históricas do termo politicamente correto, o qual se referia a esgrachar o *status quo*, além de nas palavras de Parker: “patologizar aqueles que estão preocupados em como a linguagem é usada”.

A fim de entendermos do que se trata o politicamente correto, ao longo do artigo procedemos a uma tentativa de sistematizar suas principais características, analisando concomitantemente algumas das consequências e impactos que produz nos processos de subjetivação e nas diversas práticas discursivas e sociais da atualidade. Contudo, antes de iniciarmos nossas análises e reflexões, delimitemos e explicitemos que compreendemos a linguagem para além de mera transmissora de informação ou suporte para o pensamento (Brandão, 1995). Ao contrário disso, na perspectiva que nos vinculamos, a linguagem se estrutura em forma de discurso, se constitui e é constituída de modo sócio-histórico, produzindo realidades sociais e subjetividades (Orlandi, 1999; Traverso-Yepez, 1999). Destarte, o discurso politicamente correto propaga sentidos ao funcionar seguindo as particularidades que discutiremos a seguir, as quais não estão desconectadas dos contextos sócio-históricos e das ideologias com as quais se vinculam e materializam. Além disso, por conta do politicamente correto ser dialeticamente produto e produtor das realidades sociais e subjetivas, reforçamos a impossibilidade de ser aprisionado como detentor de um único sentido possível.

Algumas considerações e desdobramentos

Seguindo uma perspectiva dialética, guiaremos a análise aqui proposta pelo desdobramento e confronto de argumentações e visões díspares e opostas (contudo que não se anulam, posto que sejam dialéticas) acerca do politicamente correto, buscando não nos atermos tão somente na mera descrição de tais posições. Em outros termos, procuraremos discutir e confrontar os próprios pontos convergentes e divergentes dentro de cada uma das posturas que são adotadas diante do discurso do politicamente correto.

Embates entre o conservadorismo e as normatizações na esfera pública

Por um lado, o politicamente correto pretende promover **normatizações na esfera pública**, visando combater as desigualdades e os preconceitos arraigados de modo sócio-histórico, bem como ocasionar o respeito ao multiculturalismo (Semprini, 1999) e às denominadas minorias (Cabrera, 2012). Concordando com Eagleton (1998, p. 61) de que **normatização** não necessariamente é algo deletério, autoritário e preocupante, tal como escreve e exemplifica o autor: “a normatividade quando quer dizer repressão sexual deve ser condenada, mas defendida quando significa, digamos, o acordo de praxe pelo qual trabalhadores conquistam o direito de faltar ao trabalho em determinadas situações.”.

Todavia, os movimentos contrários ao politicamente correto, que são representados por um discurso conservador e hegemônico, majoritariamente propagado pela grande mídia através de seus analistas e articulistas, procuram desqualificar pronta e radicalmente uma das ideias possíveis ao politicamente correto (normatização da esfera pública). Frequentemente, o campo central para tal confronto é o do léxico por conta das mudanças que o politicamente correto teria por pretensão propor no uso das palavras.

O discurso conservador e hegemônico usualmente atribui ao politicamente correto um sentido fortemente negativo, como se tratasse de um rótulo ofensivo e/ou pejorativo (Dunant, 1994; Ribeiro, R., 2000), taxando-o como, dentre outras acepções, censura desmedida e desnecessária, fascismo gratuito, mera patrulha da linguagem falada. Argumentando, principalmente, que mudar, atenuar ou remover palavras do vocabulário cotidiano não implica no apagamento do que estas representam na realidade vivenciada pelo corpo social (Bento, 2008; Lind, 2000; Ribeiro, J., 2005; Zamboni, 2012). Partindo desse entendimento, o discurso conservador e hegemônico subverte aquilo que o discurso politicamente correto carrega como uma de suas ideias essenciais (reforcemos novamente pela importância que imputamos a isso: normatizações na esfera pública), tomando a tentativa de construção de um respeito mútuo e amplificado por mero caso de uma pretensa “ditadura das minorias” (Williams, 1995).

Destarte, o conservadorismo defende a manutenção irrestrita à ordem e ao instituído tal como estes se encontram no presente, uma vez que não há quaisquer possibilidades de mudanças no horizonte. Afinal, compreende a proposição de outros termos no léxico como tão somente a trivial mudança dos próprios, não das ideias que neles estão contidas e propagadas, as quais, segundo o aqui supracitado ponto de vista conservador e hegemônico, jamais mudarão ou poderão sequer ser questionadas e repensadas. Inclusive, é interessante a seletividade e inconsistência dessa linha argumentativa, pois, como questiona Fairclough:

It is worth considering why critics of ‘PC’ [politicamente correto] readily say that it is ‘PC’ to suggest that adult females should be referred to as ‘women’ and not ‘girls’, but does not see it as ‘PC’ when ‘back account’ are re-labelled as ‘financial products’² (Fairclough, 2003, p. 21).

2 Vale a pena considerar o porquê dos críticos ao politicamente correto prontamente apontarem que é politicamente

Afinal, o simples fato de um grupo social passar a se denominar de outro modo, como no comumente citado caso do Movimento Negro que adere a termos como “afrodescendente” (o qual está vinculado às origens ancestrais do indivíduo) e o próprio “negro” para se autoqualificar, em detrimento dos diversos outros termos pejorativos que são utilizados cotidianamente, já é razão para que os propagadores do discurso conservador e hegemônico se manifestem de forma veemente, se sentindo tolhidos em sua liberdade individual e inviolável de se expressar livremente. Com relação a isto, Avelar (2011) relembra que nos EUA, no início dos anos 1990, houve um forte movimento por parte da Direita nas universidades daquele país, a qual promovia colóquios e simpósios para se discutir a suposta pressão dos movimentos sociais e de minorias para que a sociedade passasse a adotar palavras e frases politicamente corretas – lembrando que nesta perspectiva o termo **politicamente correto** detém uma carga negativa, assim, politicamente correto é aquilo que por incomodar o conservadorismo passa a ser identificado como algo despropositado e desprezível. Embora, como demonstra Richard Ohmann (citado por Williams, 1995), a maioria esmagadora dos burocratas e comandantes das universidades daquela época era o autêntico protótipo do opressor (brancos, homens, politicamente identificados com visões de Direita), ou seja quem ditava os rumos da universidade não era nenhuma “ditadura das minorias”, mas, como na clássica frase do filme estadunidense “Casablanca” de 1942, pelos “usual suspects” (os suspeitos de sempre). Além disso, sobre essa suposta pressão dos movimentos sociais e de minorias, Avelar (2011) pontua como de difícil demonstração e criada pelo discurso conservador de Direita para simplesmente “[...] silenciar o outro enquanto se faz de vítima oprimida”.

Esse mecanismo dos opressores inverterem as posições de opressor e oprimido decorre de um processo respaldado em um cinismo contemporâneo (Safatle, 2008; Žižek, 1996), em que esta troca de postos é iniciada com a fusão e confusão dos papéis e lados que cada sujeito oprimido ou opressor ocupa na configuração social, como se não houvesse determinantes diferenças de classe ou dentro das estruturas hierárquicas – “somos todos iguais” bradam os opressores, ainda que tenham a sólida, porém impronunciável publicamente, convicção de que uns são mais iguais que outros –, as quais realmente inviabilizam, bem como pulverizam por completo, a possibilidade de existência da horizontalidade nas relações sociais.

Assim, seguindo a lógica que estamos discutindo, um governante tirano pode cinicamente difundir sua fragilização e opressão sofrida por conta daqueles que constantemente se encontram subjugados passarem a levantar as suas vozes discordantes, ainda que estes sejam massacrados e sufocados inclementemente pela violência do Estado comandado pelo “frágil” poderoso, o qual se vale justamente das estruturas opressivas para seguir governando. Emprestemos o exemplo do “11 de setembro” estudado por Žižek (2003a), para tornar mais concreto o que estamos descrevendo. O filósofo assevera que o processo de vitimização é um ponto nevrálgico do discurso politicamente correto e, embora esteja tratando de outro contexto, o da **guerra ao terror** encampada pelo governo estadunidense no cenário que emergiu após os ataques sofridos no mês de setembro de 2001, o filósofo conclui que:

[...] a fim de restaurar a inocência do patriotismo americano, o *establishment* conservador americano mobilizou o principal ingrediente da ideologia politicamente correta que ele oficialmente despreza: a lógica da vitimização. Apoiando-se na ideia de que a autoridade é conferida (apenas) aos que falam da posição de *vítima*, ele se baseava no seguinte raciocínio implícito: “agora nós somos as vítimas, e é isso que legitima o fato de falarmos (e agirmos) de uma posição de autoridade” (Žižek, 2003a, p. 13-14, *itálicos do autor*).

Outro exemplo. Com o advento e posterior fortalecimento da disseminação da troca de arquivos

correto sugerir que se referencie a mulheres adultas por “mulheres”, não por “garotas/meninas”, mas não vê como politicamente correto quando “conta bancária” passa a ser denominada como “produto financeiro”. (em nossa tradução).

de áudio, vídeo e texto pela internet, as grandes corporações detentoras dos direitos de “produção” (cabem aspas, uma vez que quem de fato produz são os artistas, os técnicos de áudio, escritores, roteiristas, dentre tantos outros trabalhadores associados a produção cultural) e distribuição destes conteúdos, ao invés de repensarem suas estratégias de mercado, *marketing* ou preços praticados, justificaram as quedas nos números de vendas de seus filmes e discos musicais tão somente à livre e gratuita circulação de tais produtos culturais na rede mundial de computadores. Indo além, as associações se valeram das leis de *copyright* para interpelar judicialmente usuários de programas de troca de arquivos, como no caso do pioneiro e finado *Napster* surgido e “desaparecido” ainda no início da década de 2000. A lógica subjacente é semelhante àquela anteriormente descrita, uma vez que gigantes do mercado do entretenimento asseveravam uma pseudofragilidade diante de um número ínfimo de pessoas, ao pensarmos no tamanho dos mercados fonográfico ou cinematográfico mundiais, que por trocarem arquivos, muitas vezes sem visar lucro algum sobre isto, estariam promovendo o colapso do mercado do entretenimento. Portanto, ao serem vítimas dos usuários, as corporações teriam a autoridade e o salvo-conduto para esmagá-los, mesmo que o argumento seja facilmente desmontável, já que bastaria observar o número baixo de pessoas com amplo acesso a internet naquele momento, comparando-o com os números referentes à queda da comercialização de produtos da indústria cultural e do entretenimento e com o tamanho dos mercados atingidos por estas.

A tese da vitimização é evocada frequentemente em debates envolvendo o politicamente correto, portanto se faz necessário que dediquemos um pouco mais de nossa atenção a ela. Compreendemos que na acepção que estamos seguindo por ora (perspectiva do politicamente correto enquanto tentativa de promover o igualitarismo), a vitimização é uma falácia e um modo de desqualificar qualquer alteração do paradigma social vigente fundando na desigualdade e opressão. Ao contrário de estimular os oprimidos a se sentirem ou se portarem como vítimas, este discurso politicamente correto ataca a ideologia dos algozes, a qual, por dissimular os conflitos existentes, contribui justamente para o encaixe dos oprimidos na condição de falsas vítimas.

O ponto central é contribuir no fortalecimento das noções de classe, identidades e modos de subjetivação historicamente subjugados, promovendo o chamado “empoderamento” e conscientização destes grupos de indivíduos acerca dessa condição que lhes foi imputada. Conseqüentemente, a luta é travada em duas frentes de batalha: no campo da mudança de rota das distorções sociais via políticas afirmativas; e na seara ideológica pela produção de discursos outros e contra hegemônicos relativos ao instituído, colocando em perspectiva até que ponto tais construções hegemônicas são factuais.

Retornando a questão dos embates envolvendo o léxico cotidiano, basta também observarmos o fervor crítico das opiniões publicadas e os argumentos utilizados em episódios como o da cartilha “Politicamente Correto & Direitos Humanos” (Queiroz, 2004), lançada em maio de 2005 pelo Governo Federal brasileiro, ou, em outro acontecimento mais recente, transcorrido no mês de fevereiro de 2012, envolvendo uma ação do Ministério Público Federal de Uberlândia-MG contra o dicionário Houaiss e sua editora, por julgar que o dicionário em questão contém expressões preconceituosas e racistas relacionadas aos ciganos (MPF/MG, 2012). Para o primeiro caso referenciamos os seguintes textos publicados pela chamada grande mídia: Freire (2005), Gullar (2005), Jordão (2008), Mendes (2005), Ribeiro, J. (2005), Schwarcz (2005) e Zamboni (2012). Enquanto para a polêmica envolvendo o dicionário, apontamos os escritos igualmente publicados através dos grandes veículos de comunicação: Albuquerque (2012), Brum (2012), Lessa (2012) e Rodrigues (2012).

Em ambos os casos, aqueles articulistas – alguns completamente, outros somente nestes episódios citados – vinculados a um discurso inclinado ao conservadorismo e à defesa cínica

da liberdade de expressão irrestrita repudiaram tais ações, apontando de prontidão o caráter politicamente correto (e, por tal entendimento, deletério) destas. Salientamos também que tais textos, ainda que não sejam acadêmicos, em formato de artigo científico, demonstram a materialização dessa perspectiva hegemônica e conservadora frente a ideia/expressão politicamente correto. Além do que, artigos de opinião publicados na mídia, seja impressa ou digital, são uma boa forma de se perceber como alguns sentidos estão circulando pelo corpo social, ou até mesmo, como alguns são postos em circulação.

O temor, por vezes cínico e até certo ponto persecutório, pela instauração de um Big Brother e sua “Novilíngua”, tal como descritos por George Orwell (1976) em sua conhecida obra “1984”, ou de uma polícia da linguagem, como o corpo de bombeiros de “Fahrenheit 451” de Ray Bradbury (2007) que queima todo ou qualquer livro, por julgá-los perigosos e desnecessários àquela sociedade fundada no imagético e na ultravelocidade (qualquer semelhança com a atualidade é mera coincidência, uma vez que o livro de Bradbury foi publicado em 1953), se fazem presentes consideravelmente no rol de argumentos articulados em tais textos críticos a ambas as ações por parte do poder público nacional. Ainda que, de qualquer maneira, concordemos que a iniciativa de se editar um documento de como a população deva falar ou impedir um dicionário consolidado e respeitado de circular (se é que estas ações se trataram exatamente disto), de fato se aproxime de algum modo ao que ocorrem em estados totalitários.

Exageradamente, Bento (2008) compara a imposição de uma linguagem politicamente correta com o caso da LTI, a linguagem do Terceiro Reich, se valendo de análises realizadas por Klemperer (2009) acerca desta e dizendo que em ambos os casos (cartilhas do politicamente correto e a língua nazista) há uma dissociação gradativa entre pensamento e linguagem, pois, ao se domesticar e restringir esta, aquele paulatinamente se despotencializa e se afunila de tal modo a desembocar em uma ausência total na capacidade de se pensar/refletir. Contudo, as ferrenhas críticas a tais iniciativas poderiam também levar em alta consideração a necessidade de se pensar na reafirmação de preconceitos que ocorre constantemente, mas não somente, através da linguagem, como inclusive propôs Queiroz (2005), o autor da polêmica cartilha “Politicamente Correto & Direitos Humanos”, em artigo publicado no sítio *Observatório da Imprensa* em meio a toda grita conservadora à época da distribuição do documento editado pelo governo federal brasileiro.

Antes de prosseguirmos, comentemos um pouco mais detidamente acerca do livro de Bradbury (2007). O argumento central utilizado pelo escritor de “Fahrenheit 451” é de que a culpa pela inversão na função do corpo de bombeiros – promover a queima, ao invés de combater as chamas – e o abandono total dos livros por tal sociedade retratada nesta obra, deve ser atribuída às **minorias e ao policiamento politicamente correto** procedido e promovido por estes, os quais paulatinamente foram censurando trechos e termos dos livros até se chegar ao ponto de que toda e qualquer obra literária se tornou completamente proibida. Através deste enredo podemos pontuar a inversão ideológica da vitimização, pois a tese é de que o simples questionar constante das minorias desaguaria no desmoronamento do mundo em que os humanos são inteligentes, articulados e livres.

Assim, não haveria saída para os grupos subjugados, uma vez que somente a manutenção da opressão é garantia de se evitar o totalitarismo e automatismo. Certamente, poderia se contra argumentar que estamos sendo categóricos nesta forma de analisar, no entanto, percebam que o autor é igualmente categórico ao imputar a destruição do conhecimento propagado pelos livros às minorias. Claro que “Fahrenheit 451” não tece somente tal afirmação, há outras críticas como no caso do processo de imbecilização promovido pelos meios de comunicação de massa e pela propaganda vinculada através destes. Porém, como estávamos afirmando, nesse livro de Bradbury (2007) podemos especular o quanto a ideologia dominante é atuante, uma vez que não apenas

inverte as posições oprimido-opressor, como igualmente transfere aos oprimidos a responsabilidade pela formatação e despontencialização de todos os sujeitos integrantes da sociedade futurista de “Fahrenheit 451”.

Sumarizando, o discurso conservador e hegemônico que é contrário ao politicamente correto, majoritariamente, tem como intuito literalmente conservar o *status quo*, despontencializando quaisquer iniciativas de promoção de igualdade (ou ao menos, certo arrefecimento nas disparidades sociais), ao reduzir a importância de se discutir visões preconceituosas e promotoras de desigualdades que as palavras carregam e reafirmam. Para tal discurso, é inútil pretender substituir termos, pois como já afirmamos, segundo este ponto de vista, o que representam continuará existindo independentemente das mudanças propostas ou levadas a cabo. Tal cosmovisão de mundo ignora aquilo asseverado peremptoriamente por Agamben (2004, p. 15) de que: “[...] como se sugeriu, a terminologia é o momento propriamente poético do pensamento, então as escolhas nunca podem ser neutras.” - ainda que nessa passagem de seu texto esteja especificamente justificando o porquê utiliza a expressão: “estado de exceção”, ao invés de outras como “estado de sítio” ou “decretos de urgência”.

Como diz Avelar (2011), até o mero fato de se propor uma nomenclatura alternativa, ou confrontar o que os termos correntes carregam, explicitando-nos, já é encarado como tentativa desmedida de censura, de tolhimento da liberdade de expressão e de manipulação ditatorial da linguagem. Não por acaso, como já pontuamos e também é discutido pelos diversos autores presentes na obra organizada por Williams (1995), as referências ao “dicionário novilinguístico” imposto pelo Big Brother no livro “1984” de George Orwell (1976), bem como o ato de caricaturizar a tentativa de se adotar novas formas para se referir aos grupos sociais, são constantes na argumentação dos detratores do politicamente correto. Assim sendo, a proposição de mudanças ou é desimportante e infrutífera ou trata-se de um patrulhamento excessivo à linguagem.

Todavia, vale a ressalva de que vivemos mergulhados em uma “sociedade da informação” contemporânea, como denominam Polizelli e Ozaki (2008), o que implica nas relações sociais e na linguagem estarem cada vez mais ancoradas e influenciadas pelas mídias, a qual, como pontua Rajagopalan (2000, p. 97), tem seu poder fundado na linguagem e aqueles que a (mídia) compõem compreendem amplamente que ao se alterar palavras da linguagem, “consegue-se interferir no mundo”.

Em outras palavras, nesta compreensão, a troca de termos implica na troca das coisas, “pois as coisas não são nada se não produtos produzidos a partir dos objetos que só são apresentados a nós por intermédio da linguagem.” (Rajagopalan, 2000, p. 98). Embora, concordemos com os pontos de vista de Possenti (1995) e Renato Ribeiro (2000). Para este, em uma perspectiva de Esquerda, há o reconhecimento do caráter específico das demandas raciais, de gênero, dentre outras, mas as situa de um modo **mais amplo no âmbito do social**. Para aquele, o uso da busca etimológica para fim ideológico ou retórico mantém a ideia ilusória de que a linguagem é formada por sentidos verdadeiros e puros, sendo que: “o relevante não é, pois, a etimologia, mas o fato de que ela retorna, eventualmente, em diversos discursos.” (Possenti, 1995, p. 141).

O politicamente correto que torna tudo homogêneo: comentários e questionamentos acerca dos exageros

Por outra perspectiva, em um cenário do pós Segunda Guerra Mundial, segundo Deleuze (1992), emergem as chamadas **sociedades de controle**, que se contrapõem em alguns pontos ao modelo das **sociedades disciplinares** caracterizadas por Foucault (2004). Nesse contexto de predomínio dos mecanismos de controle, a vida é cada vez mais gerenciada em suas diversas

dimensões, o que, evidentemente, inclui o âmbito das palavras que devem ou não devem ser ditas. Em tal cenário, um discurso politicamente correto de homogeneização dos discursos, mas, sobremaneira, das condutas e dos modos de subjetivação, alcança força e ganha legitimidade.

A busca por uma socialização fundada apenas nos **consensos**, e não mais nos **conflitos**, exige que a acidez e a virulência sejam progressivamente apagadas, mesmo que isto implique em um processo de esvaziamento e de dessubjetivação dos e nos sujeitos e discursos (Žižek, 2003a, 2003b; Lipovetsky, 2005), o que, inclusive, se coaduna com a ideia e o ideal de um mundo *light* (Rojas, 2007) e de uma “desertificação do real” (Žižek, 2003a). Em termos práticos e cotidianos, poderíamos dizer que aquelas substâncias químico-físicas que, por exemplos, proporcionam o sabor proeminente dos alimentos ou o descontrole da consciência, dentre outras “inadequações” aos comportamentos “corretos”, e, ao mesmo tempo, engordam, causam torpor, colocam em risco certo bem-estar particular, etc. devem ser retiradas de circulação.

Na perspectiva *light* do capitalismo liberal-democrata, há de se convergir o prazer pleno às proibições e para tal, diz Žižek (2003b, p. 96), surgem dentre outras coisas: “[...] coffee without caffeine, cream without fat, beer without alcohol... And the list goes on: what about virtual sex as sex without sex, the Colin Powell doctrine of warfare with no causalities (on our side, of course) as warfare without warfare”³. Em outro texto, prosseguindo a extensa lista de exemplos, igualmente ocorre neste contexto o surgimento: “[...] da redefinição contemporânea da política como a arte da administração competente, ou seja, a política sem política; ou mesmo o multiculturalismo tolerante de nossos dias, a experiência do Outro sem sua Alteridade” (Žižek, 2003a, p. 25).

Seguindo a visão de mundo proporcionada por tal acepção de discurso politicamente correto, outras multiplicidades e “desvios” nos processos de subjetivação padrões, sendo estes forjados previamente e oferecidos pelo modo de produção vigente como um (falso) leque infinito de opções, são malditos ou até mesmo completamente indesejáveis. Por exemplos, não se associar ao pensamento neoliberal, criticar o capitalismo atual enquanto um sistema de produção econômico, simbólico e semiótico deletério à humanidade (Bifo, 2007) ou se pensar em outras formas possíveis para a existência humana, são ações que podem ser encaradas como ideais e posturas opostas ao pensamento único promovido por esta leitura de mundo politicamente correta, a qual comporta as afirmações pretensamente irrefutáveis de que vivenciamos em um mundo pós-ideológico, onde, segundo Fukuyama (1992) a história se encerrou com a consolidação e hegemonia do capitalismo globalizado liberal-democrático.

Ao não haver “outro mundo possível” (como apregoa o *slogan* do Fórum Social Mundial, com qual visa se afirmar alguma esperança de mudanças profundas no excludente e perverso modelo econômico global vigente), quaisquer radicalismos/extremismos políticos passam a ser enquadrados como:

[...] indicativos de seu oposto, de uma limitação, de uma recusa, na verdade, de “ir até o fim”. O que foi o recurso dos jacobinos ao “terror” radical se não um tipo de atuação histórica que atesta sua incapacidade de perturbar os próprios fundamentos da ordem econômica (propriedade privada etc.)? **E o mesmo não vale também os chamados “excessos” do politicamente correto? Eles também não simbolizam um recuo da perturbação das causas (econômicas etc.) reais do racismo e do sexismo?** (Žižek, 2013, p. 99, grifos nossos).

O que o filósofo esloveno escreve a respeito nesse breve excerto acerca do politicamente correto é nevrálgico e importantíssimo. A crítica de que tal discurso do politicamente correto ao

3 “Café sem cafeína, creme sem gordura, cerveja sem álcool... E a lista continua: sexo virtual como sexo sem sexo, a doutrina de guerra de Collin Powell, em que não há baixas (no nosso lado, é claro), ou seja, uma guerra sem guerra.” (em nossa tradução).

defender as minorias, o multiculturalismo, a pluralidade, enfim, as diferenças de um modo geral, relega atacar o problema central que, segundo Žižek, estrutura e proporciona a desigualdade das/ nas relações sociais: o modo de produção capitalista (as citadas **questões econômicas**). Assim sendo, acompanhando esse encadeamento de ideias, o politicamente correto ataca tão somente as consequências trágicas (racismo, violência de gênero, preconceitos ligados à questão de diferenças entre níveis socioeconômicos) de uma lógica que intrinsecamente não tem a capacidade e/ou intento de proporcionar o igualitarismo, a solidariedade e os sentidos de coletividade e de alteridade.

Concordamos em parte com a afirmação de Žižek, pois para que o todo desmorone, não é desprezível o questionamento e desconstrução dos fragmentos que o compõe. E, ainda que o autor utilize aspas na palavra **excesso**, relativizando-a (ou ironizando-a), reafirmamos que atacar às consequências do capitalismo é igualmente importante e constitutivo para os processos de transformação do modo pelo qual as relações sociais se efetivam e se estruturam dentro de tal ordem desigual, o que permite, inclusive, imaginar outra forma possível de existência. Enquanto os excessos (sem aspas) de um tipo de pensamento e de discurso politicamente correto são deveras problemáticos e questionáveis, estando conectados àquilo que ainda discutiremos logo a seguir.

O modo politicamente correto focado neste mero e cego enaltecer por enaltecer as diferenças e a pluralidade, contudo e de fato, deve ser interpelado já que tal visão é parceira de um melhor funcionamento do próprio capitalismo, ao incluir e produzir novos modos de existir nas prateleiras do mercado de identidade e dos processos de subjetivação, os quais são denominados por Rolnik (1997) de **identidades globalizadas flexíveis**, que, pretensamente únicas e contraditoriamente serializadas, detêm como característica preponderante o fato de estarem à disposição aos consumidores ávidos pelo “novo” e pelo “exclusivo”. Isto implicaria, segundo a autora, em uma adicção pelas referências identitárias.

Frente a este vício, Rolnik (1997) propõe a ocorrência de dois processos conflituosos e opostos envolvendo-o, quais sejam: 1) o fortalecimento das identidades locais; 2) o desaparecimento, implicando na impossibilidade de existir, de toda ou qualquer identidade. Embora razoavelmente longa, vale a citação literal em que a autora explicita os problemas envolvendo este **falso** dilema, o qual está interligado a certa acepção de politicamente correto:

Num pólo, as ondas de reivindicação identitária das chamadas minorias sexuais, étnicas, religiosas, nacionais, raciais, etc. Ser viciado em identidade nestas condições é considerado politicamente correto, pois se trataria de uma rebelião contra a globalização da identidade. Movimentos coletivos deste tipo são sem dúvida necessários para combater injustiças de que são vítimas tais grupos; **mas no plano da subjetividade trata-se aqui de um falso problema**. O que se coloca para as subjetividades hoje não é a defesa de identidades locais contra identidades globais, nem tampouco da identidade em geral contra a pulverização; é a própria referência identitária que deve ser combatida, não em nome da pulverização (o fascínio niilista pelo caos), mas para dar lugar aos processos de singularização [...] (Rolnik, 1997, p. 21, grifos nossos).

Tal perspectiva pode ser aproximada a ideia de indiferença às diferenças proposta por Safatle (2012), na qual as particularidades são eclipsadas por um grande senso comunitário e em que possa transcórrer uma relativização do superdimensionamento das dimensões individuais e individualizantes. Todavia, o movimento dialético entre o singular-universal-particular (Oliveira, 2005) é uma constante a ser assinalada para que **a indiferença às diferenças** não se torne **uma indiferença ao diferente**, nem que esse processo desemboque em uma homogeneidade completa, a qual, por princípio, está em desacordo com os embates constantes entre as dimensões do singular-universal-particular⁴.

4 Resumidamente, a dialética singular-universal-particular, pensada a partir da obra de Marx, é a “[...] relação entre a

Por outro lado, também não poderíamos deixar de salientar o perigo desta perspectiva entusiasmada frente aos processos de singularização. O cuidado diz respeito a estes serem cooptados pela lógica do capital, o que os tornaria mais um instrumento, dentre os tantos outros, de validação das pseudoparticularidades pretensamente únicas da mercadoria (seja ela material ou psicológica, como no caso das identidades e processos de subjetivação). Afinal, nada mais interessante ao capitalismo – sobretudo, nesta sua fase globalizada e hegemônica – do que a oferta, ainda que falsa, de uma multiplicidade infinita de opções singulares e de singularidades para que cada consumidor seja contemplado e se sinta especial e único.

Mais uma questão é a que diz respeito aos termos da língua, notoriamente caricatos, que são produzidos por certo discurso politicamente correto (tais como: *verticalmente prejudicado* para “anão”; *prestadora de serviços sexuais* para “puta”; dentre outros) os quais, usualmente, se aproximam de definições técnicas e são desprovidos das marcas histórico-sociais que lhes imputaria alguma coloração e/ou vivacidade – o que de modo algum justifica a manutenção das violências, dominações e preconceitos existentes. Há casos em que a mudança terminológica é exagerada, pois não admite a alteração ou questionamento dos sentidos que ali estão contidos.

Curiosamente, a crítica ao politicamente correto se dá na generalização indistinta e não direta e exclusivamente a estas manifestações específicas, que, de fato, carregam as nódoas de uma homogeneização do mundo e, normalmente, não estão acompanhadas de reflexões ou retomadas dos porquês em se problematizar as denominações consideradas preconceituosas e discriminatórias. Nesta perspectiva de alterações fundadas em um pseudotecnicismo neutro, como apontam Possenti e Baronas (2006), há certa ingenuidade em se imaginar que as palavras **isoladamente** carreguem os seus sentidos, como se não detivessem ou estivessem engendradas histórica ou ideologicamente (Borges, 1996). Deste modo, a mera alteração dos termos realmente apenas pode colocar em evidência os preconceitos que os subjazem, o que “[...] não resolve o problema das assimetrias sociais, antes, o dissimula.”, como reflete Borges (1996, p. 111). Embora discutindo a questão de identidade e reconhecimento atribuídos ou forjados para os loucos ou doentes mentais, José Gonçalves Neto e Aluísio Lima igualmente apontam que o problema em si das denominações está ligado aos contextos políticos, sociais e ideológicos. Segundo as palavras dos próprios autores citados:

Se as formas de vida, formas de reconhecimento e jogos de linguagem forem os mesmos, os usos que significam os termos serão os mesmos. Em suma, para mudar as políticas de identidade estigmatizantes é preciso mais que mudar os discursos: é preciso mudar as práticas que os sustentam (Lima, 2012, p. 48-49).

Neste ponto, há conflitos com o politicamente correto atrelado a um policiamento do que seria o **correto** – o qual, usualmente, é extremado e pouco articulado e, por tais razões, passível de ser questionado. Um exemplo para isto se passou com o cartunista Angeli, no ano de 2010, em uma de suas tiras no jornal *a Folha de S. Paulo*. No desenho havia uma mulher dizendo ao marido que fazia tempo que ele não a tocava, no quadrinho seguinte o marido dá uma surra na esposa e redargui que agora a tocara. A reação do público via cartas ao jornal e manifestações pelas redes sociais na internet foi intensa e crítica, no sentido de dizer que o jornal e o cartunista estimulavam a violência contra a mulher, entretanto, sequer notou-se, como o próprio Angeli (2010) ressaltou em entrevista à Revista Trip, que o ridículo da história era justamente o marido-agressor. Todavia, os fatos da sociedade brasileira ser extremamente machista⁵ e a violência contra mulher ser algo

singularidade (indivíduo) e a universalidade (o gênero humano), a qual se concretiza através das múltiplas mediações determinadas pelas relações sociais específicas do contexto (a particularidade) em que esse indivíduo está inserido.” (Oliveira, 2005, p. 50).

5 Ainda que nós, brasileiros e brasileiras, tenhamos elegido uma mulher para a Presidência da República em 2010,

corrente, tornam compreensíveis (e possíveis) essas leituras relacionadas ao “estímulo da violência contra a mulher” da polêmica tirinha – tal qual no exemplo dado por Possenti (1995) e Possenti e Baronas (2006) acerca de possíveis leituras racistas relacionadas à expressão “período negro da história”, uma vez que o racismo ainda é algo amplamente existente na sociedade brasileira atual.

Outro exemplo semelhante se deu na época do lançamento do filme estadunidense “Django Unchained” (2012) de Quentin Tarantino. A película se passa no sul dos Estados Unidos nos idos dos anos de 1858, período próximo e anterior a Guerra de Secessão, e conta a história de um escravo negro, Django, recém-liberto por um alemão caçador de recompensas, Dr. King Schultz, que após ajudá-lo em uma empreitada vai à busca de encontrar e resgatar sua esposa igualmente escrava e negra, Broomhilda. Em sua forma usual de se valer do pastiche e do *kitsch* na construção de seus roteiros, Tarantino promove uma mistura de referências *pop* com elementos de filmes de faroeste italiano da década de 60, os chamados *Westerns Spaghetti*.

Dentre os aspectos constitutivos da obra, um que foi sobremaneira incensado foi o abuso do termo “nigger” (o qual é considerado racista e pejorativo pelos Movimentos Negro de países anglófonos) nos diálogos travados ao longo do filme. O diretor Spike Lee afirmou à época em sua conta da rede social *Twitter*: “American Slavery Was Not A Sergio Leone Spaghetti Western. It Was A Holocaust. My Ancestors Are Slaves. Stolen From Africa. I Will Honor Them.”⁶. E em uma entrevista dada neste mesmo período, o cineasta afirmou com veemência que não assistira ao filme de Tarantino e nem tencionava vê-lo.

Ainda que o questionamento ao uso indiscriminado de um termo racista seja completamente válido, neste caso é possível notar o exagero extremado do discurso politicamente correto, uma vez que, se Spike Lee tivesse visto “Django Unchained” notaria que o final apoteótico da película retrata justamente o escravo-liberto e personagem central da trama explodindo a Casa-Grande. Em outros termos, a história ficcionada no filme apontaria para uma resistência implacável por parte de Django frente aos seus algozes, o que é demonstrado na eliminação física dos mesmos (como retratado nas tantas sequências de tiroteios com sangue jorrado a esmo ao estilo próprio de Tarantino), mas, principalmente, pelo simbolismo de se explodir a maior insígnia da opressão escravocrata: a própria Casa-Grande. Conquanto, como no apontamento anterior de Possenti (1995) e Possenti e Baronas (2006), uma leitura apressada poderia caracterizar “Django Unchained” como um filme racista por usar de forma abundante um termo racista para se referir aos negros, já que a sociedade estadunidense, apesar de ter elegido um presidente negro em 2008 pela primeira vez na história daquele país e o reconduzido ao cargo no ano de 2012, é permeada profundamente pelo racismo.

Considerações finais

De qualquer maneira, o que apreendemos e refletimos acerca de tudo que expusemos nas páginas anteriores é que podem ocorrer (e certamente ocorrem) exageros⁷ em prol, ou em nome, de uma corrente do discurso politicamente correto, entretanto, normalmente, as críticas mais ferrenhas e caricaturais provêm de um discurso conservador e hegemônico, o qual tem por fundamento, sobretudo, a manutenção de uma ordem notoriamente desigual. Entendemos que

não raro são as comparações de que a Presidenta foi sufragada por conta de suas competências “masculinas”, tais como a firmeza nas decisões e capacidade de comando.

6 “A escravidão americana não foi um filme de Western Spaghetti do Sergio Leone. Aquilo foi um holocausto. Meus ancestrais são escravos. Sequestrados da África. Eu os honrarei.” (em nossa tradução).

7 Como diz Ribeiro (2000, p. 28): “pode haver ingenuidade ou excesso, às vezes, mas tanto já se exagerou numa direção que não haverá grande mal em ir uns poucos anos no rumo oposto.”, o que implica em reparações históricas, uma vez que “a história tem que ser pensada como o que foi (ou é), a saber, como uma relação de violência, na qual certos grupos sociais prevaleceram sobre outros.”. (p. 28, grifos do autor).

o politicamente correto tem primordialmente como norte a construção de relações sociais mais igualitárias e democráticas, através da tentativa de explicitação (e revisão) da desigualdade existente, usualmente se valendo dos significados que as palavras carregam.

No entanto, como também afirmamos, há a uma pretensão maior por normatizações na esfera pública, visando o respeito mútuo e a desconstrução de preconceitos e das opressões sofridas por determinados grupos sociais, que perpassa pela linguagem, mas não se encerra nesta. Até porque as palavras por si não produzem os efeitos de sentido opressivos e discriminatórios, o que possibilita a elas tais caracteres é a existência de “[...] suporte (para a AD, ‘se houver condições de produção’) sociológico e histórico na formação social para que haja uma ideologia [, por exemplo,] racista que se materialize num discurso que contenha marcas características dessa ideologia.” (Possenti, 1995, p. 131). A desconstrução intenta, mormente, propor uma perspectiva política e social distinta daquela arraigada historicamente.

Evidentemente que isto se trata de certa idealização, ou de utopia, a ideia de uma sociedade, na qual tais conflitos específicos estejam mitigados por completo e possa haver um igualitarismo baseado na “indiferença às diferenças”⁸, como proposto por Safatle (2012, p. 21). Todavia, ao se rejeitar por completo esta outra possibilidade aventada por esse discurso politicamente correto, por assim dizer, propositivo, tal qual descrevemos enfaticamente, caímos em um reafirmar contínuo e acrítico de um mundo cerrado e imóvel, em que as dominações e as cizânias sociais devem permanecer eternamente, sem poderem sequer serem questionadas.

Ressaltemos, porém, que a proposição de um igualitarismo amplamente disseminado e real entre os seres humanos, não anula ou pretende dissipar a existência das diferenças subjetivas e nos processos de subjetivação. Esta posição política apenas não admite facilmente que as diferenças sociais vigentes conduzam as relações humanas do modo desproporcional, vertical e autoritário tal como o fizeram até então.

Destarte, ainda que reforçemos o aspecto dialético inerente ao discurso do politicamente correto, em outros termos, a ideia de que este não detém uma possibilidade unívoca de interpretação e de implicação nos diversos discursos e práticas sociais, compreendemos que o último aspecto arrolado (normatização na esfera pública) é que deve ser destacado. Além disso, seguindo a perspectiva política adotada em nosso texto, é importante considerar que o discurso politicamente correto não pode ignorar o componente “classe”, a fim de suplantiar e erodir efetivamente a ordem vigente.

Lembrando também que a discussão sobre o caráter autoritário imputado ao politicamente correto ocorrida nos últimos no Brasil não é novidade no mundo ocidental, posto que o conservadorismo já utilizou desse expediente (inclusive, com os mesmos argumentos) em países anglófonos desde o final da década de 1980 (cf. Dunant, 1994; Suhr & Johnson, 2003; Williams, 1995). Frente a isto, se faz necessário o questionamento e desmonte de tais estratégias de inversão cínica, em que os dominantes se colocam na posição de oprimidos por aqueles que são verdadeiramente oprimidos. Para isso, ao decodificar os aspectos que compõem a crítica a uma das perspectivas discutidas acerca do discurso do politicamente correto, é possível vislumbrar os componentes ideológicos do

8 Ideia que gerou controvérsias, sendo as principais críticas: o fato de que ser indiferente, em alguma instância, trata-se de não nutrir qualquer tipo de preocupação com o outro; e que esta perspectiva de não se afirmar diferenças está, segundo Barros (2012, p. 154), ligada à “[...] liberdade negativa defendida pelos liberais clássicos, segundo a qual ausência de impedimentos físicos, jurídicos ou morais (identitários?) é o que torna livre e autônomo.”, portanto, relativamente distante a uma posição ideológica e/ou política que se entenda de Esquerda. No entanto, concordamos com o Safatle (2012), no ponto em que o pensamento de uma “indiferença às diferenças” reflete tanto um respeito apriorístico entre as pessoas, independentemente de quem/o que sejam, bem como se coaduna com a ideia de uma retomada dos direitos universais da humanidade por um discurso de cunho progressista, como expõe e propõe Santos (1997).

cinismo contemporâneo que serve para justificar a manutenção completa do *status quo*. Finalmente, e por conta de tudo que expusemos, concordamos com Farclough (2003, p. 27), quando afirma que o politicamente correto “[...] needs to be addressed seriously by the left, because the critique of ‘PC’ remains an effective and damaging strategy.”⁹.

Referências

- Agamben, G. (2004). *Estado de exceção: Homo Sacer II, I.*. São Paulo: Boitempo.
- Albuquerque, S. M. (2012). Ministério Público quer censurar dicionário. *Observatório da Imprensa*, ano 16, n. 684, 06 mar. 2012. Recuperado de http://www.observatoriodaimprensa.com.br/news/view/_ed684_ministerio_publico_quer_censurar_dicionario.
- Angeli. (2010). Ele não é de oposição nem de situação: é contra a politicagem e o politicamente correto. *Revista Trip*, ano 24, n. 191.
- Avelar, I. (2011). As origens da expressão “politicamente correto”. *Revista Fórum*, ano X, n. 96. Não paginado. Recuperado de <http://revistaforum.com.br/idelberavelar/2011/04/04/as-origens-da-expressao-politicamente-correto/>
- Barros, D. F. A esquerda que não teme dizer seu nome (notas de leitura). *Revista Margem Esquerda: ensaios marxistas*, n. 19, p. 153-154, 2012.
- Bento, A. (2008). A língua da <<correção política>>. In: Serra, P. & Ferreira, I. (orgs.). *Retórica e mediatização: da escrita à internet* (pp. 9-51). Covilhã: LabCom; Universidade da Beira Interior.
- Bifo, F. B. (2007). *Generación Post-Alfa: patologías e imaginarios en el semiocapitalismo*. Buenos Aires: Tinta Limón.
- Borges, L. C. (1996). A busca do inencontrável: uma missão politicamente (in)correta. *Cadernos de Estudo Linguísticos*, 31, 109-125.
- Bradbury, R. (2007). *Fahrenheit 451*. Rio de Janeiro: Editora Globo.
- Brandão, H. N. (1995). *Introdução à Análise do Discurso*. Campinas, SP: Ed. da UNICAMP.
- Brum, E. (2012). Senhor procurador, leia o verbete “dicionário”: o caso Houaiss e a tentativa do apagamento da história. *Revista Época*, 05 mar. 2012. Recuperado de <http://revistaepoca.globo.com/Sociedade/eliane-brum/noticia/2012/03/senhor-procurador-leia-o-verbete-dicionario.html>
- Cabrera, M. R. D. (2012). A questão do politicamente correto em temáticas relativas à homossexualidade e seus reflexos na representação da informação (Dissertação de Mestrado, Faculdade de Filosofia e Ciências, Marília).
- Deleuze, G. (1992). *Post-scriptum* sobre as sociedades de controle. In: Deleuze, G. *Conversações, 1972-1990* (pp. 219-226). São Paulo: Ed. 34.
- Dunant, S. (org.). (1994). *The war of the words: the Political Correctness debate*. London: Virago.
- Eagleton, T. (1998). *As ilusões do pós-modernismo*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- Fairclough, N. (2003). ‘Political correctness’: the politics of culture and language. *Discourse & Society*, 14(1), 17-28.
- Freire, R. (2005). Chama o Aurélio. *Revista Época*, São Paulo, 09 maio, p. 138.

9 O politicamente correto “[...] precisa ser encarado seriamente pela esquerda, uma vez que a crítica ao politicamente correto permanece uma estratégia efetiva e prejudicial.” (em nossa tradução).

- Foucault, M. (2004). *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. Petrópolis, RJ: Vozes.
- Fukuyama, F. (1992). *O fim da história e o último homem*. Rio de Janeiro: Rocco.
- Gullar, F. (2005). A coisa está branca. *Folha de S. Paulo*, 15 maio, Ilustrada, Caderno 5. p. 12.
- Jordão, C. (2008). A invasão do politicamente correto. *ISTOÉ*, 08 set. Recuperado de http://www.istoe.com.br/reportagens/8822_A+INVASAO+DO+POLITICAMENTE+CORRETO
- Klemperer, V. (2009). *LTI: a linguagem do Terceiro Reich*. Rio de Janeiro: Contraponto.
- Lefort, C. (1994). Claude Lefort ataca a crítica conformista. *Folha de S. Paulo*, 20 de mar. Recuperado de http://almanaque.folha.uol.com.br/entrevista_filosofia_claude_lefort1.htm
- Lessa, I. (2012). Nossa lingual, nossa alma. *BBC Brasil*, Colunistas, 29 de fevereiro. Recuperado de http://www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/2012/02/120229_ivan_lessa_rw.shtml.
- Lima, A. F. (org.). (2012). *Psicologia social crítica: paralaxes do contemporâneo*. Porto Alegre: Sulina.
- Lind, W. (2000). *The Origins of Political Correctness*. Recuperado de <http://www.academia.org/the-origins-of-political-correctness/>.
- Lipovetsky, G. (2005). *A era do vazio*. Barueri, SP: Manole.
- Mendes, A. (2005). O politicamente correto, de novo, *Blog do Noblat*, 06 de maio. Recuperado de <http://oglobo.globo.com/pais/noblat/posts/2005/05/06/o-politicamente-correto-de-novo-22362.asp>
- MPF/MG. (2012). *Ministério Público Federal de Minas Gerais vai à justiça para mudar verbetes do Dicionário Houaiss*. Recuperado de http://noticias.pgr.mpf.mp.br/noticias/noticias-do-site/copy_of_indios-e-minorias/mpf-mg-vai-a-justica-para-mudar-verbete-do-dicionario-houaiss
- Oliveira, B. (2005). A dialética do singular-particular-universal. In: Abrantes, A. A., Silva, N. R & Martins, T. F. (Orgs.). *Método histórico-social na psicologia social* (pp. 25-50). Petrópolis, RJ: Vozes.
- Orlandi, E. P. (1999). *Análise de discurso – Princípios & Procedimentos*. Campinas, SP: Pontes, 1999.
- Orwell, G. (1976). *1984*. São Paulo: Nacional.
- Polizelli, D. L & Ozaki, A. (Orgs.). (2008). *Sociedade da Informação: os desafios da era da colaboração e da gestão do conhecimento*. São Paulo: Saraiva.
- Possenti, S. (1995). A linguagem politicamente correta e a análise do discurso. *Revista de Estudos da Linguagem*, 2(3), 125-142.
- Possenti, S. & Baronas, R. L. (2006). A linguagem politicamente incorreta no Brasil: uma língua de madeira?. *Polifonia*, 12(2), 47-72.
- Queiroz, A. C. (2004). *Politicamente correto e direitos humanos*. Brasília: SEDH.
- Queiroz, A. C. (2005). Como é difícil quebrar preconceitos. *Observatório da Imprensa*, ano 10, n. 328, 10 de maio. Recuperado de <http://www.observatoriodaimprensa.com.br/artigos.asp?cod=328IPB007>
- Rajagopalan, K. (2000). Sobre o porquê de tanto ódio contra a linguagem “politicamente correta”. In: Silva, F. L. & Moura, H. M. M. (Orgs.). *O Direito à Fala: A Questão do Preconceito Lingüístico* (pp. 93-102). Florianópolis: Insular.
- Ribeiro, J. U. (2005). Politicamente correto: linguagem e delírio autoritário. *Observatório da Imprensa*, ano 10, n. 327, 03 maio. Recuperado de <http://www.observatoriodaimprensa.com>.

br/artigos.asp?cod=327IPB004

- Ribeiro, R. J. (2000). Grandeza e miséria do “politicamente correto”. In: Ribeiro, R. J. *A sociedade contra o social: o alto custo da vida pública no Brasil: ensaios* (pp. 26-44). São Paulo: Companhia das Letras.
- Rodrigues, S. (2012). Ciganos X Houaiss: faltam judeus, baianos, japoneses... *Veja Online*, Blog Curiosidades etimológicas, 28 fev. Recuperado de: <http://veja.abril.com.br/blog/sobre-palavras/curiosidades-etimologicas/ciganos-x-houaiss-depois-virao-judeus-baianos-japoneses/>
- Rojas, E. (2007). *El hombre light: una vida sin valores*. Madri: Temas de Hoy.
- Rolnik, S. (1997). Toxicômanos de identidade: Subjetividade em tempos de globalização. In: Lins, D. (org.). *Saberes nômades* (pp. 19-24). Campinas, SP: Papyrus.
- Safatle, V. (2008). *Cinismo e falência da crítica*. São Paulo: Boitempo.
- Safatle, V. (2012). *A Esquerda que não teme dizer seu nome*. São Paulo: Três Estrelas.
- Santos, B. S. (1997). Uma concepção multicultural dos direitos humanos. *Lua Nova*, 39, 105-124.
- Semprini, A. (1999). *Multiculturalismo*. Bauru, SP: EDUSC.
- Schwarcz, L. M. (2005). Quem tem medo do politicamente incorreto? *Folha de São Paulo*, 15 maio. Brasil, Caderno 1, p. 10
- Suhr, S. & Johnson, S. (2003). Re-visiting ‘PC’: introduction to special issue on ‘political correctness’. *Discourse & Society*, 14(1), 5-16.
- Traverso-Yeppez, M. (1999). Os discursos e a dimensão simbólica: uma forma de abordagem à Psicologia Social. *Estudos de Psicologia*, 4(1), 39-59.
- Williams, J. (org.). (1995). *PC wars: politics and theory in the academy*. London: Routledge.
- Wilson, J. K. (1995). *The myth of political correctness: the conservative attack on higher education*. Durham: Duke University Press.
- Xexéo, A. (2005). Ainda sobre a cartilha. *O Globo*, 15 maio. Segundo Caderno, Caderno 2, p. 8.
- Zamboni, J. C. *Notas sobre o politicamente correto*. Recuperado de: http://www.jczamboni.com.br/J.C.Zamboni-Notas_sobre_o_politicamente_correto.pdf
- Žižek, S. (org.). (1996). *Um mapa da Ideologia*. Rio de Janeiro: Contraponto.
- Žižek, S. (2003a). *Bem-Vindo ao deserto do Real!: cinco ensaios sobre o 11 de setembro e datas relacionadas*. São Paulo: Boitempo.
- Žižek, S. (2003b). *The puppet and the dwarf: the perverse core of Christianity*. Cambridge: Massachusetts; London: England: The MIT press.
- Žižek, S. (2013). *Alguém disse totalitarismo?: Cinco intervenções no (mau) uso de uma noção*. São Paulo: Boitempo.

Como Citar:

Gruda, M. P. P. (2014). O controverso discurso do politicamente correto: algumas considerações e desdobramentos. *Revista Brasileira de Psicologia*, 1(2).